

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.428 - RJ (2019/0251152-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **BRENDO DA CONCEICAO MELLO - MENOR IMPÚBERE**  
**AGRAVANTE** : **KETHLYN CRISTINA DA CONCEICAO - MENOR IMPÚBERE**  
**REPR. POR** : **ANTONIO DA SILVA FERREIRA**  
**REPR. POR** : **ROSANA DA CONCEICAO**  
**ADVOGADOS** : **RENATA MELLO LOBO - RJ118869**  
: **ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306**  
**AGRAVANTE** : **SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A**  
**ADVOGADOS** : **LEONARDO PERSEU DA SILVA COSTA - RJ099009**  
: **MARCELO VIEIRA PAULO - RJ084472**  
: **RENATA BRAZIL SILVA - RJ136721**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE FERROVIÁRIO. MORTE DA GENITORA DOS AUTORES. **1.** RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM ANTE A APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO DA INSURGÊNCIA NO PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). **2.** REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS E DA PENSÃO MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. *QUANTUM* FIXADO COM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. **3.** ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. **4.** AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

**DECISÃO**

Brendo da Conceição Mello e Kethlyn Cristina da Conceição, ambos menores impúberes, representados por Antonio da Silva Ferreira e Rosana da Conceição ajuizaram ação indenizatória em desfavor de Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., pleiteando indenização por dano patrimonial e extrapatrimonial, bem como pensão mensal, em razão do falecimento de Kelly da Conceição Ferreira, mãe dos autores,

provocado por atropelamento por composição férrea de propriedade da recorrida.

A ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, para cada autor; e pensão vitalícia em valor correspondente a 1/4 (um quarto) de um salário mínimo, até a data em que a vítima faria 50 (cinquenta) anos de idade.

Em apelação, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso da ré e deu parcial provimento ao apelo dos autores, para majorar o pensionamento para valor equivalente a 1/2 (meio) salário mínimo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 350-351):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO FATAL DE PEDESTRE EM VIA FÉRREA, CAUSADO POR COMPOSIÇÃO DA EMPRESA RÉ, QUE ATUA COMO CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS POSTULADO PELOS FILHOS MENORES DA VÍTIMA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

CONCORRÊNCIA DE CAUSAS.

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DIANTE DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA RÉ. ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL. PROVAS COLIGIDAS QUE DEMONSTRAM TER A VÍTIMA SE UTILIZADO DE PASSAGEM CLANDESTINA E PERIGOSA, MESMO HAVENDO NO LOCAL PASSARELA EM BOM ESTADO DE USO E PARA TRAVESSIA SEGURA DE PEDESTRES. CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA ALIADA AO DESCUMPRIMENTO, PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DO SEU DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA.

PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP Nº 1.172.421, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973, ENTÃO VIGENTE. CULPA CONCORRENTE CONFIGURADA. DEVER DE REPARAÇÃO DO DANO MORAL QUE SE ESTABELECE NA COMPENSAÇÃO DE VALOR EQUIVALENTE À METADE DO QUE SERIA DEVIDO PELA RÉ, NO CASO DE CULPA EXCLUSIVA.

VERBA COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS CORRETAMENTE ARBITRADA, APLICADA A REDUÇÃO DE CINQUENTA POR CENTO EM RAZÃO DA CONCORRÊNCIA DE CULPAS E OBSERVADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. MAJORAÇÃO DO PENSIONAMENTO EM FAVOR DOS FILHOS MENORES PARA VALOR CORRESPONDENTE A 1/2 (MEIO) SALÁRIO MÍNIMO

NACIONAL PARA CADA AUTOR.  
FIXAÇÃO DOS JUROS DE MORA, NO QUE CON CERNE AO  
DANO MORAL, A CONTAR DO EVENTO DANOSO.  
SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. APLICAÇÃO DO CPC/73,  
VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA AÇÃO.  
MAJORAÇÃO OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM  
SEDE RECURSAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ  
E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DA PARTE  
AUTORA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. alegou violação dos arts. 738, 944, parágrafo único, e 945 do Código Civil, além da existência de divergência jurisprudencial.

A recorrente sustentou, em síntese, que houve culpa exclusiva da vítima, razão pela qual deve ser afastada a condenação imposta. Subsidiariamente, afirmou que deve ser reconhecida a culpa concorrente, além de reduzir o valor fixado a título de danos morais, pensionamento e os ônus sucumbenciais.

Contrarrazões apresentadas às fls. 496-506 (e-STJ).

O Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, em relação à matéria abrangida pelo REsp n. 1.210.064/SP - Tema 517/STJ, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, e inadmitiu em relação ao valor reparatório, pela incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

Contraminuta ao agravo apresentada às fls. 575-581 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 628-633).

Brevemente relatado, decido.

Cumprе ressaltar que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em 18 de março de 2016 (Enunciado Administrativo n. 1 do Plenário do STJ), passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo em

recurso especial contra decisão que inadmite o apelo especial, quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo.

Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio *tempus regit actum*.

No caso em exame, o presente agravo foi interposto contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, de maneira que plenamente aplicável o novo regramento trazido pelo *caput* do citado art. 1.042. Portanto, aqui se está diante de nítida hipótese de não cabimento do recurso.

Com isso, não há como conhecer do agravo, por ser incabível na parte em que o recurso especial teve o seguimento negado na origem, porque o acórdão recorrido estava em conformidade com a orientação firmada por este Tribunal no Recurso Especial Repetitivo n. 1.210.064/SP - Tema 517/STJ, no que se refere à questão da culpa da vítima.

Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais e materiais será revisto somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos.

Com efeito, a fixação de indenização em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada autor e do pensionamento na ordem de meio salário mínimo, não se mostra desproporcional, mas condizente com as peculiaridades do caso concreto, e sua revisão implica a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. MORTE. CONCORRÊNCIA DE CULPA. NECESSIDADE DE REDUÇÃO DO DANO MORAL À METADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. VALOR RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Segunda Seção desta Corte de Justiça firmou entendimento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, de que, "no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inadequado" (REsp 1.210.064/SP e REsp 1.172.421/SP, ambos de relatoria do em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgados em 08/08/2012, DJe de 19/9/2012).

2. Somente é admissível a revisão, em sede de recurso especial, do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando verificada a exorbitância ou a natureza irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. No caso, o montante total da indenização, após redução pela metade, alcança R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada genitor e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o irmão da vítima, o que não se mostra exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pelos agravados, mesmo se considerada a culpa concorrente da vítima.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1447727/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Corroborando esse entendimento os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO

JURISPRUDENCIAL.

INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.
2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n 794.875/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE DE FILHO ATROPELADO POR TREM DA CPTM. DOIS RECURSOS. ANÁLISE EM SEPARADO. PRIMEIRO RECURSO. JUROS MORATÓRIOS.

SÚMULA 54/STJ. SEGUNDO RECURSO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

1. "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual" (Súmula 54/STJ).
2. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.
3. Agravos regimentais a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 183.994/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 13/09/2013)

Por fim, "tratando-se de valor da indenização por danos morais, inviável a análise do recurso com base em dissídio pretoriano, pois, ainda que aparentemente possa haver similitude nas características objetivas das lides cotejadas, na dimensão subjetiva, os acórdãos serão sempre distintos, em face das peculiaridades de cada ato ilícito" (AgRg no REsp n. 918.829/ES, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 16/12/2010).

Quanto aos honorários, verifica-se que a recorrente não apontou o dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência a respeito da tese de mérito. Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço em parte do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial interposto pela Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator